



POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL NO MARANHÃO: atualidade de uma questão histórica e estrutural

POVERTY AND SOCIAL INEQUALITY IN MARANHÃO: actuality of a historical and structural question

Cleonice Correia Araujo

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Annova Míriam Ferreira Carneiro

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO

Neste artigo são apresentadas análises sobre a pobreza e a desigualdade social tomando como referência pesquisa bibliográfica e de campo sobre a continuidade e agravamento da pobreza e da desigualdade no Maranhão no contexto de um movimento neoconservador sustentado em preceitos fundamentalistas que advoga a redução da intervenção do Estado como condição para favorecer o crescimento econômico. O fio condutor da análise é que a desigualdade de renda reproduz e fomenta outras desigualdades, portanto, o fundamentalismo de mercado e a captura do poder pelas classes política e economicamente dominantes integra o mesmo processo que provoca o aumento da pobreza e o refluxo de conquistas históricas dos trabalhadores.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza. Desigualdade social. Maranhão.

ABSTRACT

In this article, analyzes are presented on poverty and social inequality, taking as reference bibliographical and field research on the continuity and aggravation of poverty and inequality in Maranhão in the context of a neoconservative movement based on fundamentalist precepts that advocates the reduction of state intervention as a condition to favor economic growth. The driving thread of analysis is that income inequality reproduces and fosters other inequalities, so market fundamentalism and the capture of power by the politically and economically dominant classes are part of the same process that causes poverty to rise and the backwardness of historical conquests of the workers.

KEYWORDS: Poverty. Social inequality. Maranhão.



1 INTRODUÇÃO

Tratar da temática da pobreza e desigualdade social no Maranhão remonta a um processo cujas raízes se encontram no processo de formação do Brasil. Um processo sustentado, segundo Carvalho (2007), por três pilares responsáveis pela estratificação da população brasileira e pela reprodução da desigualdade econômica: a colonização, a apropriação de latifúndios e a escravidão.

Esses pilares contribuíram para que a desigualdade social se tornasse um grave problema brasileiro, persistindo através de diferentes momentos históricos e assumindo maior amplitude e relevância principalmente em virtude dos denominados processos de modernização que vêm ocorrendo no Brasil, sobretudo a partir da Proclamação da República. A partir desses processos ampliaram-se e agravaram-se também os processos de pauperização, o acirramento das diferenças entre as classes sociais, a dificuldade de acesso à educação e à saúde, criando uma grande concentração de renda, gerando desemprego, aumentando a fome e a pobreza que atinge, até hoje, milhões de brasileiros, em pleno século XXI.

Estudos têm demonstrado a preocupante situação de pobreza a que está submetida à população maranhense, delineando um quadro social fortemente marcado, segundo Lemos (2003) por uma elevação dramática dos níveis de pobreza, em decorrência da concentração fundiária, desaceleração das atividades econômicas e salariais na área urbana e dos projetos de ajuste econômico. Situação essa agravada pela ocorrência de migrações e ocupações desordenadas do meio urbano, o que vai determinar condições de moradia insalubres, aumento da mão-de-obra sem qualificação, crescimento do desemprego, violência, com depreciação das condições de vida da maioria das famílias.

O Estado do Maranhão constitui-se num dos estados com mais pobres no Brasil. Conforme o Censo (2010) o total da população em extrema pobreza, no Maranhão, era de 1.553.181 pessoas. Essa situação determina que significativo contingente de famílias maranhenses seja demandatário de políticas sociais públicas.

Desse modo, no item a seguir o faremos um esforço no sentido de apresentar uma breve caracterização da pobreza, no Maranhão, considerando-a enquanto uma questão estrutural, social complexa e multidimensional que tem resultado em demandas e desafios para o poder público e a sociedade em geral.



2 CONFIGURAÇÃO GERAL DA POBREZA E DA DESIGUALDADE SOCIAL NO MARANHÃO

O Estado do Maranhão possui 217 municípios, se localiza na Região Nordeste do país e possui uma área de aproximadamente 331.936,949 km², ocupando o lugar de oitavo estado brasileiro de maior extensão. De acordo com dados do último Censo (2010), o Maranhão possuía uma população constituída por 6.574.789 habitantes. A população estimada para 2016 era de 7.000.229 habitantes (IBGE, 2017), constituindo-se o quarto estado mais populoso do Nordeste.

Historicamente tem se configurado como um dos estados com extrema concentração de riquezas e propriedades com destaque para a concentração fundiária. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006, caracterizam a estrutura fundiária desigual do Maranhão. Os dados de 2006 mostram que os imóveis rurais menores de 10 hectares representam boa parte das propriedades, 47,38%, porém, ocupam somente 1,37% da área total. Por outro lado, os imóveis acima de 1.000 hectares representam apenas 1,37% das propriedades e ocupam 36,12% da área total. Essa estrutura fundiária explica o porquê da pobreza no campo e dos constantes conflitos de terra no estado.

Dados do Atlas da Exclusão Social no Brasil (2003), informam que a Região Nordeste apresentava só na área rural 53,7% de pessoas pobres. E da Região, o Maranhão apresentava-se como um dos estados com maior índice de exclusão social, com a totalidade dos municípios maranhenses em situação de pobreza. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2013) registrou que das cidades brasileiras com menor IDH-M, (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, uma adaptação do IDH para o Brasil) 06 (seis) estão no Maranhão, (Fernando Falcão, Marajá do Sena, Jenipapo dos Vieiras, Satubinha, Água Doce do Maranhão e Lagoa Grande do Maranhão) registrou ainda que o Maranhão possui o segundo pior IDH do país: 0,639, situando-se na 26^a posição do Ranking IDHM Unidades da Federação 2010. Destaca-se que dentre os índices que compõem o IDH, o que mais contribui negativamente para o Estado figurar nesta posição, é o da Educação cujo IDHM era de 0,562.

Esses dados confirmam um quadro de exclusão intenso e generalizado, expressando uma realidade marcada pela pobreza que atinge significativo número de famílias no Estado do Maranhão.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Com a relação à renda, a renda per capita média do Maranhão era de R\$ 360,34, em 2010. Segundo o Censo, a proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 era de 39,53% (a preços de agosto de 2010). O que significa que considerável número de maranhenses possuía renda insuficiente para garantir a sobrevivência.

Segundo a PNAD (2015), a oferta de mão de obra, no Maranhão, expressa pela População Economicamente Ativa (PEA), era formada por cerca de 3.131.000 trabalhadores. Dentre estes, cerca de 1.286.000 permaneciam na área rural do Estado. A pesquisa também informa a taxa de desocupação maranhense que atingiu 6,8% no mesmo ano. Sobre ocupação os dados mostram que dos 2.917.000 trabalhadores ocupados, 37,1% desenvolviam atividades agrícolas, o que ratifica o predomínio do setor agrícola na estrutura ocupacional maranhense, seguido dos setores de serviços, comércio, construção e industrial, este último com reduzida participação com cerca de 5,0% (PNAD, 2015).

No item educação, o Maranhão se destaca como um dos Estados com maior percentual de pessoas na faixa de 7 a 14 anos que se encontram fora da escola, isto é, 4%. No que diz respeito à média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais, o Maranhão apresenta 5,5 anos de estudo situando-se, portando abaixo da média do Nordeste e Brasil que eram de 5,7 e 6,9 anos de estudo respectivamente, segundo Censo de 2010.

No que se referem às crianças e jovens, o Maranhão apresentou um percentual de crianças de 5 a 6 anos na escola de 93,85%, no ano de 2010. A proporção de crianças e adolescentes de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 81,56%. Com relação ao ensino fundamental identificou-se que a proporção de jovens de 15 a 17 anos que haviam concluído essa etapa da educação básica era de 47,84%. E a proporção de jovens de 18 a 20 anos que possuíam o ensino médio completo era de 29,60% (CENSO, 2010).

Considerando-se a população maranhense de 25 anos ou mais de idade, no ano de 2010, constata-se que 27,15% eram analfabetos, 38,53% possuíam o ensino fundamental completo, 26,36% tinham o ensino médio completo e 5,43%, o superior completo (CENSO, 2010). Os dados demonstram considerável atraso na educação da população, o que tem repercutido de forma negativa na vida dos maranhenses pobres, inclusive pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho e em cursos de capacitação profissional, que tem dentre os seus critérios o cumprimento das exigências de determinados níveis de escolaridade.

As informações mostram que para os maranhenses provenientes de famílias mais pobres, existem menores possibilidades de alcançar os níveis mais elevados de educação. Possuindo níveis mais baixos de escolaridade, essas pessoas têm menos probabilidade de acesso a trabalhos e cargos de melhor remuneração.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Quanto ao acesso à infraestrutura básica pelos maranhenses dados da PNAD (2015) revelam que somente 62,4% dos maranhenses tinham seus domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, contra 79,7% na Região Nordeste e 85,4% no Brasil. Dos domicílios pesquisados apenas 15,8% eram vinculados à rede de esgoto e 3,0% utilizavam fossas sépticas ligadas à rede coletora. Em relação ao manejo do lixo, o Maranhão apresentou uma situação também desfavorável, somente 59,5% dos domicílios maranhenses tinham coleta de lixo, comparados a 79,1% no Nordeste e 89,8% na média brasileira. Dentre os serviços pesquisados, o de iluminação elétrica é o que se apresenta numa situação mais favorável, no Maranhão, posto que 99,6% dos domicílios contavam com este serviço.

O Maranhão destaca-se, também, enquanto um dos estados brasileiros com maior índice de violência. É ilustrativo e preocupante o crescimento da taxa de homicídio entre 2010 a 2015, no Maranhão, cuja elevação chegou a 52,8% dos casos, percentual que posiciona o Estado no quarto lugar entre os estados que apresentaram maior crescimento nesse aspecto. Em 2005, o Maranhão registrou um total de 935 homicídios. Nos anos subsequentes vivenciou um aumento considerável desses números chegando, em 2015, com um total de 2.438 casos registrados (BRASIL, 2017).

Dentre os municípios que concorreram para o crescimento da violência letal, no Maranhão, estão São Luís e São José de Ribamar, integrando, inclusive, a lista dos 30 municípios brasileiros mais violentos, em 2015. Registra-se que consideramos neste estudo a soma das taxas de homicídio e de MVCI (Mortes Violentas com Causa Indeterminada). Em São Luís, a soma resultou numa taxa de 73,9, enquanto o município de São José de Ribamar alcançou taxa de 96,4, o que justifica a 4ª colocação no ranking.

A capital com uma população estimada de 1.091.868 habitantes (IBGE, 2017), ocupou a 23ª colocação no ranking nacional com 758 homicídios registrados e 36 Mortes Violentas por Causas Indeterminadas (MVCI). O município de São José de Ribamar, cuja população estimada era de 176.418 habitantes (IBGE, 2017), ficou na 4ª colocação, com 159 registros de homicídio e 09 MVCI (BRASIL, 2017).

As condições de saneamento básico, também expressam precariedade, conforme dados do IBGE/SIS (2017). A denominada região metropolitana que compreende os municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa é a 7ª pior do país, no fornecimento do acesso a três tipos de saneamento básico: coleta direta ou indireta do lixo; abastecimento de água por rede; e esgotamento por rede coletora ou pluvial. Os dados mostram que 48,3 da população teve acesso a esses serviços no ano de 2016, ou seja, menos da metade da população.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



As informações demonstram, portanto, que o Estado do Maranhão, constitui-se num dos estados mais pobres do país, o que determina que significativo contingente de famílias, encontrem dificuldades para garantir sua sobrevivência, constituindo-se conseqüentemente público-alvo de políticas públicas sociais de caráter preventivo e protetivo. Medidas de redução ou de enfrentamento a pobreza e desigualdade exigem a instituição de um efetivo Estado democrático mediante construção de pactos sociais que assegurem direitos sociais. Desenvolvimento social, combate à pobreza, promoção dos direitos humanos e da justiça social, prescindem diretamente da atuação do Estado mediante estabelecimento de uma agenda de políticas públicas estaduais. O movimento em curso no atual contexto brasileiro vai na contramão dessa construção com graves impactos no quadro de desigualdade e pobreza em todo o país.

O contexto que se desdobra no Brasil, a partir do golpe de Estado deflagrado em 2016 se caracteriza pela imposição de medidas e contrarreformas com graves implicações e incidências no aprofundamento da desigualdade, e em decorrência, da pobreza. Após uma breve trajetória de queda da desigualdade, ainda que lenta e com várias debilidades no período dos governos petistas, o país é imerso em uma dinâmica de retrocessos em que os poucos avanços sociais conquistados estão sendo desconstruídos mediante um processo de ajuste fiscal ostensivo.

O cenário apresenta claros indícios de uma ditadura expressa no golpe de Estado, na aprovação de um conjunto de medidas de retirada de direitos sociais e trabalhistas e no cerceamento de liberdades de debates e discussões consideradas “esquerdistas” ou “comunistas”. Destacam-se, dentre as medidas de retirada de direitos, a reforma trabalhista (Medida Provisória 808/2017) e o “teto dos gastos” (Emenda Constitucional 95/2016) que desvincula os gastos com saúde, educação e assistência social das receitas do Estado. A Emenda 95 limita os gastos sociais públicos pelos próximos vinte anos à correção da inflação do ano anterior e deverá aumentar a desigualdade social no país com impactos nas políticas sociais. Trata-se de uma Emenda que não faz referência a arrecadação, não trata do pagamento de juros (da dívida pública) e não trata da retomada do desenvolvimento econômico e social. Ao contrário, ela tende a piorar a retomada do desenvolvimento. Os únicos alvos da Emenda 95 são as despesas primárias, que, no Brasil, se configuram como o principal elemento de distribuição de renda. Tratam-se, portanto, de medidas aprovadas ou em construção que se orientam para a erosão de direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988 e em leis ordinárias.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Amparadas pela lógica do ajuste fiscal, essas medidas são justificadas como necessárias para a retomada de investimentos com vistas ao crescimento econômico. Segundo Kliksberg (2001) trata-se de um mito, visto que o aumento da desigualdade social afeta sobremaneira o crescimento econômico. Tratam-se de medidas que acentuam a concentração do poder econômico e político aumentando, portanto, a desigualdade social nas suas mais diversas dimensões. Em decorrência tem-se a redução dos mercados nacionais, limite de taxas para formação de poupanças, rebaixamento da produtividade, precarização do sistema educativo, evasão escolar, fragilização da coesão social com implicações no desenvolvimento econômico e social.

Informações do PNUD, referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do ano de 2015 afirmam que o Brasil caiu 19 posições na classificação correspondente à diferença entre ricos e pobres. Essa diferença é destacada em estudos da Oxfam (2016) que revelam que os 5% mais ricos concentram a mesma fatia de renda que outros 95%. Seis bilionários brasileiros concentram a mesma riqueza que cem milhões de pobres. Essa mesma fonte informa que o patrimônio de 52% dos brasileiros mais ricos é procedente de herança, o que denota a incapacidade do Estado brasileiro em desconcentrar propriedade e riqueza, o que seria possível mediante adoção de um sistema tributário mais progressivo.

No Brasil, os ricos, que somam 0,1% da população pagam menos impostos que os pobres. A Oxfam identifica na tabela do Imposto de Renda brasileiro uma defasagem de 83% apontada como um dos fatores para que os mais ricos paguem menos impostos, cerca de 21% de sua renda, enquanto os mais pobres gastam 32% de todo o seu rendimento em impostos. Em termos de impostos indiretos relativos a produtos e serviços os mais pobres gastam 28%, ao passo que os mais ricos apenas 10% do seu rendimento.

Essa desigualdade avança fomentando outras desigualdades referentes à raça e etnia, gênero, visto que os negros e as mulheres são mais afetados pelo acirramento das diferenças sociais, assim como os trabalhadores rurais em relação aos trabalhadores urbanos. Segundo a Oxfam, em cada quatro brasileiros pobres, três são mulheres. Também em cada quatro brasileiros pobres três são negros. No outro extremo, em cada três dos 10% mais ricos, dois são brancos.

Situação histórica, estrutural, preocupante que se agrava no contexto pós golpe de Estado, conforme ressaltado anteriormente. A associação de diversos fatores como o aumento do desemprego, o congelamento dos gastos sociais públicos, o crescente empobrecimento, podem recolocar o país no mapa da fome. Em 2014, segundo o IBGE (2015), o Brasil deixou de figurar o mapa da fome ante a constatação de que menos de 5% da população se encontrava

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



em situação de vulnerabilidade extrema. O retorno ao mapa da fome, no país, é iminente visto que a fome está condicionada a processos extremos de empobrecimento.

O desemprego tem se agravado desde 2015. Segundo o IBGE (2017) são cerca de 14 milhões de desempregados no Brasil. As medidas de austeridade impostas pelo governo vêm contribuindo para agravar as condições de vida dos mais pobres. Destaca-se já referido teto dos gastos com implicações no corte de recursos para programas sociais como o Programa Bolsa Família sob a alegação de “irregularidades”, a redução de verbas para o programa de cisternas no semiárido e de recursos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Em um cenário de avanço do desemprego e da pobreza o processo de degradação das condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras tende a aumentar, sobretudo nas regiões e estados com maior contingente de pobres. Neste sentido, retoma-se a discussão sobre o estado do Maranhão, caracterizado, conforme dados anteriormente apresentados, como um dos estados com mais pobres no Brasil.

O IBGE, através da Síntese dos Indicadores Sociais – SIS (2017) informa que o Maranhão dentre os estados brasileiros foi o único a possuir 52,4% de pessoas em situação de extrema pobreza em 2016, ou seja, mais da metade da população. Também obteve exclusividade em relação a condições de moradia precárias ao ser o único estado a apresentar percentual superior a 20% na proporção de pessoas residindo em domicílios construídos com materiais não duráveis (palha, taipa dentre outros).

Expressando a tendência do crescente desemprego no Brasil, no Maranhão esse problema também é crescente. O IBGE/SIS (2017) informa que no ano de 2012 o estado apresentava uma taxa de 6 a 10% de desempregados. Esse percentual saltou para 10 a 14% em 2016. Situação que se agrava entre os jovens, sendo que apenas 30,1% dos jovens se encontravam ocupados nos denominados trabalhos formais. De cada três jovens entre 16 e 29 anos, um deles não estuda nem trabalha. O número representa 549 mil maranhenses na ociosidade. O total de jovens que não estuda, não trabalha e não está à procura de emprego chega a 403 mil pessoas.

Com relação a ocupação as informações revelam, no geral, um expressivo contingente de trabalhadores na informalidade, 60% dos trabalhadores maranhenses. Para o IBGE/SIS a referência para identificação da maior informalidade é o tamanho do rendimento médio da atividade principal, abaixo da média nacional, pouco mais de R\$ 2.000,00. Em 2016 o estado do Maranhão apresentou um rendimento médio de R\$ 1.123,00, registrado como o menor do país.

Em um estado como o Maranhão, marcado pela concentração de renda, poder e propriedade, associada ao projeto de retrocessos que vem sendo imposto em todo o território

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



nacional a tendência é de crescente deterioração das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras pobres. Com efeito, os impactos da dinâmica de contrarreformas impostas tendem a incidir negativamente, sobretudo, em regiões mais pobres do país, cuja estrutura de concentração de riquezas mantém-se historicamente inalterada e onde se expressa grande assimetria na apropriação dos espaços físicos, no campo e na cidade, além da disparidade no acesso aos serviços sociais públicos, conforme os dados evidenciam.

3 CONCLUSÃO

Como elementos conclusivos pontuamos que se vivencia no país um contexto adverso, em que projetos e debates de conteúdo democrático, universalista e distributivo são questionados e erodidos a despeito do acirramento da pobreza e da desigualdade nas diferentes regiões do país. Trata-se de um contexto em que se exaltam os benefícios do mercado e se apregoa a redução de encargos públicos, ao mesmo em que a pobreza e as desigualdades sociais aumentam e são referidas por acontecimentos e dados. Trata-se de um movimento ofensivo que impõe como desafio a reinvenção da política e da democracia em tempos de fundamentalismos e totalitarismos e requer que se reconstruam pressões políticas pelo desvelamento das contradições mediante investimento em lutas que articulem diferentes formas de resistência e possibilitem a construção de novos pactos institucionais, civilizatórios sociais.

Urge a necessidade de avançar em discussões e pressões que insistam na proposição de reformas que corrijam desigualdades de diferentes ordens, como por exemplo uma reforma tributária que retire dos trabalhadores e trabalhadoras mais pobres o peso maior dos impostos diretos e indiretos; uma reforma agrária de caráter efetivamente distributivo que altere a extrema concentração fundiária. Enfim, são tempos de adversidades e retrocessos que estão a exigir a articulação de resistências que possibilitem a construção de novos projetos e pactos pela (re) democratização e humanização das relações sociais.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**, o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo; Cortez, 2003.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Márcio; SILVA, Ronnie Aldrin (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo; Cortez, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA / SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS, dezembro, 2017.

KLIKSBERG, Bernardo. **Como enfrentar a pobreza e a desigualdade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

LEMOS, José de Jesus Sousa, **Pobreza e exclusão social no Brasil em 2003**. São Luis, 2003 (digitado).

_____. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez editora, 2001.

OXFAM. **A distância que nos une**, um retrato das desigualdades brasileiras. Brasil, 25 de setembro de 2017